

O direito à educação e o princípio da dignidade da pessoa humana: (in)efetividade das políticas públicas educacionais no Brasil

BÔAS, Regina Vera Villas¹; SOARES, Durcelania da Silva²

*1 – Pós-Doutora em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra - Ius Gentium Conimbrigae. Graduada, Mestre em Direito das Relações Sociais e Bi-Doutora em Direito Privado e em Direitos Difusos e Coletivos, todos pela PUC/SP. Professora e pesquisadora nos Programas de Graduação e Pós-Graduação da PUC/SP - coordenando os Projetos de Pesquisas "Direito, Complexidade e risco" e "Fundamentos e efetividade da tutela dos Direitos", integrando o Projeto "Direito Minerário", todos da PUC/SP - e no Programa de Mestrado em Concretização dos Direitos Sociais, Difusos e Coletivos do UNISAL-Lorena (SP), integrando o Grupo de Pesquisas "Minorias, discriminação e efetividade de direitos" e o Observatório de Violência nas Escolas (UNESCO/UNISAL). Membro das Comissões de Direito Civil e da Pessoa com Deficiência da OAB/SP. Avaliadora do INEPE.
regvboas@terra.com.br*

*2 - Mestranda em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo.
durcelana@hotmail.com*

RESUMO

O direito à educação no Brasil é assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil no artigo 6º, como um direito fundamental social, sendo necessário ao pleno desenvolvimento da pessoa humana. Está vinculado à dignidade da pessoa humana, pois consiste em elemento necessário à formação e promoção humana. Contudo o sistema educacional não tem se mostrado satisfatório necessitando de políticas públicas educacionais eficientes e inclusivas. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar o processo de concretização do direito à educação no cenário nacional, em especial as políticas públicas desenvolvidas para esse objetivo e a (in)efetividade daquelas, em comparação com outros países. A metodologia adotada é a bibliográfica e documental, em fase de análise de dados.

Palavras-chave: Direito. Educação. Dignidade da pessoa humana. Políticas públicas educacionais.